

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas **da educação**

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho
(Organizadores)



4

Atena
Editora
Ano 2021

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho
(Organizadores)



4

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D452 (Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação 4 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-345-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.450210208>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva Filho, Valdemiro Carlos dos Santos (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**(Des)Estímulos às Teorias, Conceitos e Práticas da Educação**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DEMOCRATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: DOIS ESTUDOS DE CASO

Ana Maria Falsarella

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4502102081>

CAPÍTULO 2..... 8

ILUSTRAÇÃO DE CONHECIMENTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Amanda Eloise Machado de Souza

Beatriz da Silva Aquino

Eduarda Caroline Machado de Souza

Karen Alves dos Santos Soares

Paola Teles Maeda

Wilson Junior Feliciano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4502102082>

CAPÍTULO 3..... 16

ENCONTROS COM A “AFRO-IDENTIDADE”: “PROFESSORA, EU POSSO TOCAR ESSA MÚSICA PARA VOCÊ!”

Benicio Backes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4502102083>

CAPÍTULO 4..... 28

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS EUA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Shirley Bernardes Winter

Mariglei Severo Maraschin

Leandro Lampe

Cesar Augusto Robaina Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4502102084>

CAPÍTULO 5..... 36

EFEITO DO PEER INSTRUCTION NO ENSINO DE ESTUDANTES DE MEDICINA

Tatiana de Medeiros Hildebrand Meirelles

Carlos Alexandre Felício Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4502102085>

CAPÍTULO 6..... 53

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS – UM ESTUDO DE CASO

Joice Silva Gois

Janaína Rute da Silva Dourado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4502102086>

CAPÍTULO 7..... 62

MUDANÇA ORGANIZACIONAL PLANEJADA OU NÃO PLANEJADA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Alberto Oliveira Viana
Emi Silva de Oliveira
Raimundo Gomes da Silva Junior
Ricardo Pereira Velho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4502102087>

CAPÍTULO 8..... 75

O CERIMONIAL E PROTOCOLO DAS SOLENIDADES DE COLAÇÃO DE GRAU DOS CURSOS SUPERIORES DO IFRO, SOB A PERSPECTIVA DO GUIA DE EVENTOS, CERIMONIAL E PROTOCOLO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Alberto Oliveira Viana
Emi Silva de Oliveira
Raimundo Gomes da Silva Junior
Ricardo Pereira Velho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4502102088>

CAPÍTULO 9..... 86

DESIGN DE MÍDIAS EDUCATIVAS E USO DO ESTATUTO DA JUVENTUDE: DE JOVENS PARA JOVENS

Gabriel Guedes Barbosa Silva
Daniel Leite Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4502102089>

CAPÍTULO 10..... 92

A PRÁTICA DOCENTE DE PROFESSORES/AS ENGENHEIROS/AS

Erick Fonseca Boaventura
Adriana Maria Tonini
João Batista Rafael Antunes
Felipe Rodrigues Madeira
Thiago Eduardo Freitas Bicalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020810>

CAPÍTULO 11..... 102

A INDISCIPLINA EM SALA DE AULA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Letícia Gomes Vilar de Albuquerque
Andressa Oliveira Bezerra
Maria Josenilde Albuquerque Silva
Rosália Mendonça Dutra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020811>

CAPÍTULO 12..... 110

O INTERVENCIÓNISMO DA MODERNIZAÇÃO NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carmem Lucia Albrecht da Silveira

Renata Cecília Estormovski

Sandra Maria Zardo Morescho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020812>

CAPÍTULO 13..... 118

LEIO; LOGO, ESCREVO

Francimeire Sales de Souza

Adriana Alves do Amaral

Carla Thais Rodrigues de Castro

Elida Maria Rodrigues Bonifácio

Gardenia da Silva Frazão

Tarsis Araújo Magalhães Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020813>

CAPÍTULO 14..... 127

O PROJETO DIRETOR DE TURMA COMO MEDIAÇÃO PARA A ESCOLHA PROFISSIONAL

Luziana Silva de Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020814>

CAPÍTULO 15..... 132

A EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR, NO BRASIL, APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA DE 1980: ALGUMAS REFLEXÕES

Eduardo Nunes Jacondino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020815>

CAPÍTULO 16..... 137

PRÁTICAS ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS NÃO CONVENCIONAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: BADMINTON E CIRCO

Weverton Fernandes Consul

Amanda Eloise Machado de Souza

Gabriel Fernando Melo

Paola Teles Maeda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020816>

CAPÍTULO 17..... 144

CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO FORMATIVA PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR

Juliana Maria da Silva Melo

Lucilene Angélica da Silva Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020817>

CAPÍTULO 18..... 152

A UTILIZAÇÃO DO JARDIM SENSORIAL COMO RECURSO DE ENSINO E

APRENDIZAGEM

Mércia Inara Rodrigues de Farias
Ana Cristina Silva Daxenberger
Rejane Maria Nunes Mendonça
Andreia de Sousa Guimarães

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020818>

CAPÍTULO 19..... 164

GAMIFICAÇÃO NO PROCESSO EDUCATIVO: ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Adriana Balestero Monteiro Nogueira
Lilian Rosária Gonçalves de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020819>

CAPÍTULO 20..... 177

UMA CRÍTICA SOCIAL ATRAVÉS DA OBRA INFANTIL “CAZUZA”

Solange Santana Guimarães Morais
Erika Maria Albuquerque Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020820>

CAPÍTULO 21..... 186

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM – UMA REFLEXÃO BIBLIOGRÁFICA

Karla Aparecida Zucoloto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020821>

CAPÍTULO 22..... 196

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO FELIX EM CANTAGALO - MINAS GERAIS

Jucilane Costa Pimenta
Eulina Coutinho Silva Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020822>

CAPÍTULO 23..... 212

NARRATIVAS COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA

Lucas Silva Pires
Marc Santos Peyrerol

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020823>

CAPÍTULO 24..... 223

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: COLABORAÇÃO DE UM CURSO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERCEPÇÃO DOS CURSISTAS

Rayannie Mendes de Oliveira
Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020824>

CAPÍTULO 25	228
DIÁLOGOS ENTRE PAULO FREIRE E GILBERTO FREYRE: A CONTRIBUIÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO REGIONAL	
Marina Loureiro Medeiros	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020825	
CAPÍTULO 26	241
A IMPORTÂNCIA DO TCC COMO METODOLOGIA ATIVA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO	
Giovana Brito Bertolini Firmino	
Marisa Aparecida Brigo Ortiz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.45021020826	
SOBRE OS ORGANIZADORES	249
ÍNDICE REMISSIVO	250

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO FELIX EM CANTAGALO - MINAS GERAIS

Data de aceite: 27/07/2021

Jucilane Costa Pimenta

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais- IFMG
Campus: São João Evangelista- Minas Gerais
São João Evangelista, Minas Gerais, Brasil

Eulina Coutinho Silva Nascimento

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Seropédica – Rio de Janeiro - Brasil

RESUMO: O presente estudo foi desenvolvido na Comunidade Quilombola São Felix na cidade de Cantagalo, no Estado de Minas Gerais, incluindo-se aí a Escola Municipal, que oferece de 1º ao 5º ano em Regime Seriado. Analisamos as expressões culturais das crianças regularmente matriculadas, de agosto de 2017 até maio de 2019, juntamente com seus costumes e representações culturais. Percebemos escassez da valorização cultural em interface como que dizem os documentos oficiais em vigor. A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa foi de +, mais ampla da Comunidade Quilombola São Felix. Analisamos essas informações apreciando a legislação vigente para comunidades quilombolas consumando um referencial bibliográfico sobre a temática. Vimos a importância de se trabalhar o ensino e as competências, levando em consideração o saber, etnia e os hábitos predominantes da comunidade. Foi-nos relatado que não há registro da memória, da tradição, através das histórias contadas pelos

mais velhos. Nesse sentido, a cultura e tradição do seu povo possivelmente poderá se perder com o tempo. Notamos que os docentes que atuaram na escola durante a pesquisa, avistaram um olhar para a necessidade de se incorporar a cultura no ensino em sala de aula, possivelmente, muito ainda precisa ser feito, destacamos em especial: Orientação Pedagógica, Suporte da Direção Educacional do Município de Cantagalo, Capacitação e Motivação Docente, atualização de equipe multidisciplinar, onde provavelmente consiga efetuar a inclusão do Quilombo na Educação, na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Quilombola, Cultura, Identidade.

SCHOOL EDUCATION IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY SÃO FELIX IN CANTAGALO - MINAS GERAIS

ABSTRACT: The present study was developed in the Quilombola São Felix Community in the city of Cantagalo, in the State of Minas Gerais, including the Municipal School, which offers from 1st to 5th year in a Serial Regime. We analyzed the cultural expressions of regularly enrolled children, from August 2017 to May 2019, together with their customs and cultural representations. We perceive a scarcity of cultural valorization in interface, as the official documents in force say. The methodology used to carry out this research was of a qualitative approach, which made it possible to have a broader view of the Quilombola São Felix Community. We analyzed this information by assessing the current legislation for quilombola communities, using a bibliographic reference on the subject. We saw the importance

of working with teaching and skills, taking into account the knowledge, ethnicity and prevailing habits of the community. We were told that there is no record of memory, of tradition, through the stories told by the elders. In that sense, the culture and tradition of its people may possibly be lost over time. We noticed that the teachers who worked at the school during the research, saw a look at the need to incorporate culture in the classroom teaching, possibly, much still needs to be done, we highlight in particular: Pedagogical Guidance, Support from the Educational Direction of Cantagalo Municipality, Teacher Training and Motivation, update of a multidisciplinary team, where he is likely to be able to include Quilombo in Education, in society.

KEYWORDS: Quilombola Education, Culture, Identity.

1 | INTRODUÇÃO

Depois de quatro séculos de um modelo econômico, consolidado na exploração da mão de obra escrava, o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. Até os dias de hoje, embora teoricamente os negros tenham passado a serem livres, muitos continuam à margem da sociedade. É muito recente, em nosso país, a implantação de políticas de ações afirmativas e de reconhecimento voltadas à população negra.

De acordo com Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva CEDEFES (2008),¹ existem aproximadamente 400 comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais, distribuídas por mais de 155 municípios, já no ano de 2019. A CEDEFES publicou nota informando que há 596 comunidades certificadas no estado de Minas Gerais. As regiões do estado de Minas Gerais com maior concentração de comunidades quilombolas são as regiões norte e nordeste. No entanto, ao analisar as publicações da CEDEFES e demais documentários sobre educação em Comunidades Quilombolas, observamos uma carência de registros e de regulamentação das escolas regulares para atenderem às comunidades, em todo o estado.

Diante do exposto e das indagações levantadas, considerando o vasto legado cultural desta comunidade, entendemos ser importante buscar a compreensão sobre como os bens simbólicos, socioeconômicos, culturais e artísticos, possibilitam a construção da identidade social dos sujeitos afrodescendentes, entendidos aqui como elemento fundante na manutenção das manifestações culturais e identitárias dos afrodescendentes, da Comunidade São Félix.

Este trabalho foi desenvolvido tendo como objetivo geral investigar se a prática docente na escola tem contribuído para a manutenção e preservação das expressões culturais da comunidade Quilombola São Félix e como está sendo trabalhada a educação formal. Também tivemos como objetivos identificar as expressões culturais das crianças regularmente matriculadas na Escola Municipal São Felix; investigar se os costumes e

1 O CEDEFES é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil. Seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais.

as representações culturais são trabalhados em interface com a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, Brasil (2017) e as Leis das Diretrizes Básicas, Brasil (1998); identificar se há ou se está havendo registro da memória, da tradição, através das histórias contadas pelos mais velhos. Caso haja, identificar a sistemática deste processo; identificar como está sendo trabalhada a Educação Formal na Escola da Comunidade e propor práticas pedagógicas que possam contribuir para incentivar os discentes da comunidade a darem prosseguimento aos seus estudos.

No estado de Minas Gerais, estado onde ocorreu à pesquisa, ainda há um grande distanciamento no que se refere à educação que alcance amplamente esse povo. Seja pela carência de políticas públicas voltadas a essa parcela da sociedade, ou por outros motivos, como: carência de infraestrutura, acessibilidade precária, rotatividade excessiva do corpo docente, adequação curricular, entre outros. As políticas implantadas ou a ausência destas determinam o lugar que negros e brancos deveriam e ainda devem ocupar na sociedade. Hoje, embora camufladas e difusas pelo discurso da falsa democracia racial, esse cenário ainda se materializa em práticas nos mais diversos espaços sociais, incluindo aí a escola.

2 | COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A História da inserção do Índio no Brasil que foi bem estruturada por Almeida (2003) em *Os Índios na História do Brasil*, fala da época da invasão dos Portugueses no Brasil. Os indígenas foram a principal mão de obra dos portugueses até meados do século XVII, essa mão de obra escravizada, porém com muita dificuldade, devido os índios ser difícil de pegá-los, ainda mais com a chegada dos Jesuítas que passou a catequizá-los e tentar civiliza-los, retirando traços de cultura, como línguas e costumes e rituais, mas que ao mesmo tempo contrapor a condições degradantes de trabalho.

Após a tentativa fracassada de escravizar os índios eles trouxeram os desvalidos de Portugal, para serem trabalhadores no Brasil, mas como precisavam de muita mão de obra, foi vantajoso utilizar os negros que eram vendidos pelos próprios negros na África, já que os africanos usavam este método de trabalho no estado, mas de modo que não eram maltratados ou vendidos, tudo que eles produziam ficavam para eles. Com o estabelecimento das rotas marítimas, somado das conquistas de terra pelos portugueses e outros povos europeu, passou a comercialização do africano, para ser trabalhado como mão de obra escravizada em vários países, incluindo o Brasil, através do tráfico de negros.

De acordo com o os registros do historiador Stuart Schwartz (2018), a exploração da mão de obra escrava no Brasil durou proximamente quatro séculos anos, sendo um dos últimos países a abolir a escravidão, muitos homens procuravam meios de fugir, em busca de liberdade, entre outras várias tentativas de resistência. Os negros que resistiam ao trabalho de exploração fugiam para locais afastados, formando comunidades, denominadas Quilombos, Calhambo, Mocambos, que eram aldeias que ficavam escondidas nas matas,

grutas, florestas, próximos de rio, porque precisavam da água para produzir e se alimentar, e para desenvolver trabalhos mínimos de subsistência como: agricultura, criação de animais de pequeno porte. Já outros homens procuravam meios indevidos, como: apoderar de cargas em estradas e em pequenos comércios, sempre usando a barreira estrutural, locais preferencialmente inacessíveis, como grutas, montanhas como estratégia de se fugir da opressão imposta.

2.1 Quilombos no Brasil e Comunidades Remanescentes

O Brasil tem buscado um resgate histórico através da valorização do negro e em especial das comunidades quilombolas, que hoje são chamados de “remanescentes” de antigos quilombos que se constituem em comunidades rurais formadas por descendentes de negros escravizados.

Conforme levantamento feito pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, atualizado na portaria número 88/2019, Brasil (2019), há um total de 3311 comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil (CRQ), sendo que nesse montante 2752 são comunidades certificadas; destacamos alguns estados, tais como: o Estado de Minas Gerais com 392 comunidades, estado este onde realizamos pesquisa; o estado da Bahia com 801 comunidades; Mato Grosso com 787; Pará com 259 e as muitas outras comunidades, situadas nos demais 23 estados espalhados pelo Brasil. Conforme valida a figura 1.

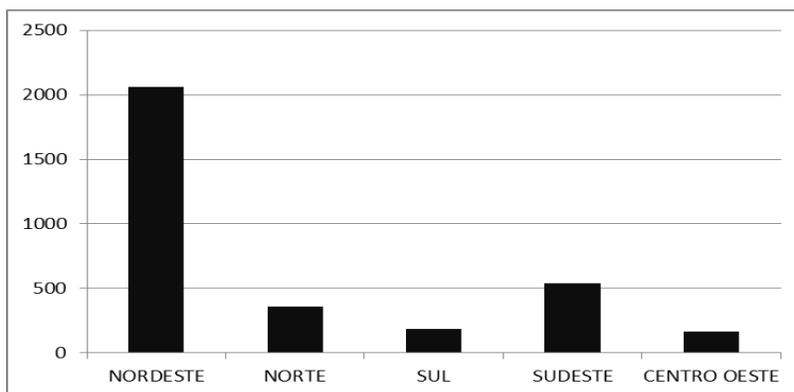


Figura 01- Comunidades Remanescentes Quilombolas por Região.

Fonte: Fundação Palmares, atualizada até a portaria nº 88/2019, publicada no dou de 13/05/2019.

Os remanescentes de quilombos fazem parte do patrimônio cultural da nação (CF/88, art. 216). Retratam e preservam a cultura afro-brasileira, remanescente do povo africano que foi escravizado, portanto, deve ser protegido pelo Estado, de acordo com o art. 215, § 1º, da Constituição Federal, Brasil (1988), que estabelece que o Poder Público Brasileiro,

deverá promover e proteger o patrimônio cultural, estabelecendo formas de preservação.

Muitos Calhambos, ainda não têm acesso à casa própria e/ou a terra, restando se instalar em terrenos vazios, nas proximidades da cidade, gerando um crescimento desordenado das atuais favelas (que hoje denominados de comunidades, aglomerados), sendo, que em setembro de 2014, essa população era de 22,3%, outros permaneceram nos seus antigos agrupamentos, na maioria com situações bem precárias, se refere a uma macha de 77,7%, no montante de em 5735 famílias cadastradas no CEDEFES.

Cenário Educacional Quilombola e os principais desafios

A Educação Brasileira foi marcada por diversos avanços e retrocessos e diante da globalização a Educação é vista como um dos maiores instrumentos usados no mundo frente a diversos enfrentamentos.

Analistas da Educação do negro, dentre eles Fonseca (2002) e Cunha (1999), registram que, nos fins do século XIX, se esboçaram os primeiros movimentos pela inclusão educacional da raça negra, no entanto, estas primeiras iniciativas não passaram de intenção. Os movimentos políticos que existiram não foram pensados visualizando a inserção do negro na sociedade livre, cujo processo estava em curso, como afirma Fonseca (2002, p.183) “no centro das práticas educativas foram colocados elementos que, ao longo da escravidão, haviam sido permanentemente acionados como estratégias de dominação sobre os negros: o trabalho e a religiosidade”.

Nos dias atuais, a legislação referente à Educação para Quilombos, não é muito diferente do ensino formal, porém direciona algumas ações. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, Brasil (2012), define que a Educação Escolar Quilombola, requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos. Devendo observar os Princípios Constitucionais, Brasil (1988), a Base Nacional Comum Curricular Brasil (2018), e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira. Segundo Brasil (2012) o ensino deverá ser ofertado em Escolas Quilombolas e nas Escolas que recebem alunos Calhambos fora de suas comunidades de origem, devendo acolher o estudante dentro das suas especificidades.

Mais especificamente, no que se refere à diversidade étnico racial e às comunidades quilombolas, podemos citar a Resolução N° 8/CNE, de 20 de novembro de 2012 que apresenta as diretrizes para a educação escolar quilombola na Educação Básica, em que dá a seguinte orientação para o ensino, no artigo 1º, inciso 1º:

[...] fundamentando-se, informando-se e alimentando-se da: memória coletiva; das línguas remanescentes; dos marcos civilizatórios; das práticas culturais; das tecnologias e formas de produção do trabalho; dos acervos e repertórios orais; dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o

Embora estes documentos apresentem a discussão sobre identidade, diferença e cultura, as práticas pedagógicas muitas vezes se desenvolvem pautadas ainda no desrespeito à diversidade e práticas de preconceito, de racismo e de exclusão.

A maioria das comunidades de Mocambos, que são contempladas com Escolas locais, trabalha somente com séries iniciais, sendo que, na Educação Básica seria satisfatório a continuidade dentro do quilombo, de forma a capacitar os alunos, fornecendo subsídios para que eles tenham condições de dar seguimento aos estudos, já que este tipo de educação reflete diretamente na formação dos estudantes, os quais pretendem conquistar uma vaga nas Escolas Públicas. A educação quilombola, ainda é muito lenta no Brasil. Em se tratando da Educação para Calhambos, Santana nos fala que:

Educação Quilombola é aquela 'original', marcada pela liberdade de ser de um povo. E aqui o conceito de "Educação" adquirirá um sentido mais amplo e complexo, uma vez que ela abriga sentidos subjetivos e marcantes para os indivíduos envolvidos na relação, contribuindo assim para a ampliação da cidadania de um povo (SANTANA, 2005, p.121).

O nível de escolaridade dos Quilombolas é um desafio muito grande. Estes e outros entretamentos são impostos pela falta de oportunidade, repercutindo diretamente na educação de um povo. Como mencionado por Ferreira, Castilho:

É neste sentido, que a Escola deve buscar dialogar com a Educação Quilombola, diminuindo este distanciamento entre estas duas instâncias da sociedade, possibilitando o surgimento de uma nova proposta de ensino, que reflita em resultados positivos. A partir deste diálogo, entre a instituição e comunidade quilombola, oportuniza traçar novos caminhos, novas estruturas pedagógicas diferenciadas, na busca de sua autoafirmação. Pois é a partir da escola na e para as comunidades que se começam a discussão da inserção dos quilombos no cenário político, socioeconômico, antropológico, jurídico, cultural e espacial. (FERREIRA, CASTILHO, 2014, pág.17).

Diante do exposto não podemos deixar de falar sobre o sistema de cotas raciais de ação afirmativa, aplicados em alguns países, proposta abraçada pelo Brasil e outros países que também aderiram esse sistema. Veio com a intenção, de diminuir as disparidades econômicas, educacional, sociais, e de combater a herança escravista do século XIX, reforçando o objetivo de corrigir injustiças históricas. Um dos efeitos desse passado escravocrata é o fato de negros e índios terem menos oportunidades de acesso à educação superior e, conseqüentemente ao mercado de trabalho.

3 | A ESCOLA E A COMUNIDADE SÃO FELIX

A comunidade, lugar deste estudo, localiza-se em zona rural, rodeado por matas e serras que são denominadas matriarcas pelos mocambos ali residentes, no Município de Cantagalo, situado na Região Centro Nordeste de Minas Gerais. Cantagalo conta com

uma população estimada de 4.190 habitantes, de acordo com dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que está a 23 quilômetros da cidade de São João Evangelista, cidade onde se situa o Instituto Federal de Minas Gerais-IFMG, *Campus* São João Evangelista, do Instituto Federal de Minas Gerais. No povoado de São Felix, temos a Escola Municipal que atende do primeiro ao quinto anos, conforme demonstrado na figura 02.



Figura 02- Escola Municipal São Felix.

Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2018.

O acesso geográfico da maioria das comunidades quilombolas é difícil, até mesmo porque quando os Mocambos escolhiam este local, objetivavam ficar escondidos da repressão da sociedade existente na época. Na comunidade São Felix, a realidade é semelhante, sendo que os meios de locomoção mais utilizados são moto, bicicleta e a pé. O carro e ônibus escolar conseguem chegar até a área central do vilarejo, exceto nos dias de excessivas chuvas. Nestas condições os estudantes que cursam a partir do 6º ano precisam se deslocar até a outra escola no perímetro urbano, a pé, porque a escola do vilarejo acolhe somente os estudantes do 1º até o 5º ano, em regime multisseriado.

A religião é um legado forte nas comunidades quilombolas. Em Minas Gerais, o catolicismo é dominante, fazendo uma interface com práticas de Matriz Africana, que são celebradas através das festas, danças e outros. Percebemos Traços Étnico Culturais Africana, na pintura nas paredes da escola, nos traços físicos dos alunos, nas danças que ocorrem durante o intervalo das aulas, na capoeira e penteado dos alunos principalmente nas moças que usam com frequência tranças Afro e apliques Tic Tac, e outros enfeites para valorizar sua beleza.

As trinta e três famílias que residiam na comunidade, no ano de 2018 têm um estilo de vida ligado ao campo e cultura africana, associado com uma carência financeira, de investimento da sociedade de forma geral. Minas Gerais é o mais importante estado

minerador do país, que teve sua base de desenvolvimento econômico, com o uso da exploração escravista, mas diante do contexto que a comunidade quilombola se encontra nos dias atuais, lhe restam apenas resquícios de miséria e abandono social.

A geração de renda nessas comunidades na sua maioria é ineficiente, o que agrava ainda mais a pobreza, negação, autoestima, além de um gerar um agravante, que é o êxodo rural, estendendo ainda mais a formação de aglomerados nas capitais. É sabido que a maioria das pessoas que saem da zona rural em destino a Metrópole, tem baixa escolaridade, conseqüentemente encontra mais desafios para conseguir ingressar no mercado de trabalho, e se estabilizar financeiramente, além de sofrer um choque de cultura, que é conviver com pessoas detentoras de hábitos, bem diferenciado de sua origem.

Na comunidade pesquisada, a principal renda baseia-se em Benefícios do Governo, como: Aposentadoria, BPC, Salário família. Alguns homens trabalham nas fazendas das proximidades recebendo em troca do seu trabalho, honorários que não se equivalem nem ao salário mínimo e alguns saem para capital em busca de um destino melhor, ouvem-se poucos relatos de investimento em educação.

A área que comunidade tem posse no momento é bem restrita, sendo suficiente somente para a construção das casas das 33 famílias e um pequeno quintal para micro produção que não atende nem ao consumo familiar. Tem ainda um discreto comércio de pequenos animais (porcos, galinhas), que serve de fonte de alimentação e circulação de dinheiro na comunidade, mas conforme apresentado na figura 3, a renda familiar da maioria dos membros da comunidade que trabalham é de meio salário mínimo.

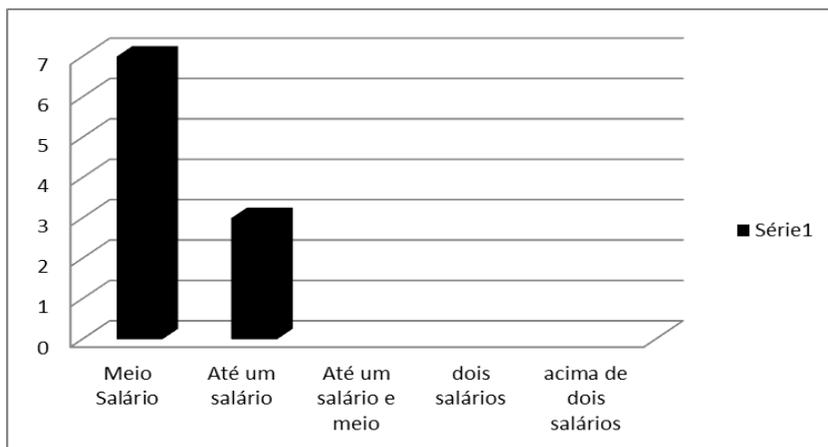


Figura 03 - Média da Renda familiar da comunidade São Felix.

Fonte: Autoras, 2019.

As pessoas da comunidade atuam na sua maioria nas atividades relacionadas às práticas agrícolas. As oportunidades de trabalho na comunidade são bem limitadas, alguns

homens trabalham em fazendas, na capina, ou no plantio. Temos também a produção de eucalipto que emprega alguns homens da comunidade. Já outros optaram por abandonara a vida do campo, e saíram para a capital em busca de melhores oportunidades.

4 | METODOLOGIA E RESULTADOS ENCONTRADOS

Sabemos que a Educação é base de desenvolvimento do ser humano, pretendendo identificar como ocorre a Educação Escolar na Comunidade São Felix na cidade de Cantagalo, no Estado de Minas Gerais, local onde se encontra a Escola Municipal São Felix, que, como já foi relatado, oferece de 1º ano até o 5º ano em regime seriado em salas multisseriadas². Os sujeitos da pesquisa foram os moradores, os estudantes e os professores da referida escola. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: observação dos participantes em sala de aula, no trabalho, na convivência com seu núcleo família e na realização de seus afazeres, aplicação de entrevistas com perguntas semiestruturadas, diário de campo da pesquisadora e registros audiovisuais. Realizamos a coleta de dados de agosto de 2018 até maio de 2019, por meio de observação dos participantes dentro e fora da sala de aula em dias e horários aleatórios, realizamos entrevistas com os membros da comunidade.

Analisamos a condução das turmas multisseriadas por parte de cada professor, com suas respectivas turmas, que por sinal têm um número pequeno de alunos, mas com várias especificidades educacionais. Buscamos ter um olhar atento para a conduta docente ao ministrar as aulas e se posicionarem diante dos encontros na escola, como a dificuldade de aprendizagem de seus educandos.

No ano de 2018 e 2019, a Escola Municipal São Felix, recebia média de 16 alunos, distribuídos em duas turmas, com um docente lecionando para cada turma. Em diálogo com os docentes sobre o rendimento escolar, se comparando com a proposta do currículo, professora Y e professora W, relatou que os estudantes estão saindo da escola com mais qualificação, se comparando com anos anteriores, mas que ainda possuem grande defasagem na aprendizagem. Devido à dificuldade de absorção que muitos apresentam os docentes priorizam as disciplinas de Português e Matemática.

Realizamos algumas visitas na comunidade, buscando investigar os costumes, rotina de trabalho, comportamento do estudante junto com seu núcleo familiar, entre outros que descobrimos ao longo da pesquisa. Já em sala de aula, observamos a postura, a conduta dos professores Y, Z, W. Os conteúdos mais trabalhados em sala são de português, percebemos diversas dificuldades enfrentadas ao se ensinar nessa escola. Paralelamente, procuramos observar o nível de compreensão dos estudantes diante de cada proposta apresentada pelo educador.

² As salas multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo de atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes.

Desenvolver a educação em comunidades quilombolas, não é tarefa fácil, esta pesquisa nos revelou várias dificuldades que docentes e discentes têm enfrentado sendo, que muitas delas se assemelham com as de muitas escolas públicas. Citamos como exemplo: infraestrutura física precária (salas de aula, que precisam de reforma, ampliação), ausência da família na vida escolar, falta de material didático-pedagógico, pouca ou nenhuma atualização do corpo docente voltada à educação quilombola, salários defasados o que induzem o professor a elevar sua carga horária de trabalho, necessitando acumular dois ou três cargos; enfim, são vários pontos negativos, que vão refletir nos processos de ensino e aprendizagem. Melo (2007) e Moura (2011) destacam esta problemática, enfatizando a importância de um espaço físico adequado dentro da própria comunidade, como espaço gerador de aprendizagem.

É compreensível que o processo educacional em uma comunidade seja complexo, o baixo poder aquisitivo pode trazer várias dificuldades. Geralmente, quando a criança é criada em ambiente estável socialmente e financeiramente; a família tem acesso à cultura, a hábitos de leituras, de viagens, e a outros meios de comunicação mais aberto, essa criança tende a ter um olhar mais crítico do mundo, favorecendo no processo educacional. Na maioria das vezes, essa conjuntura, não está acessível a crianças ou adolescentes de origem quilombola; o que provavelmente irá influenciar na sua formação, devido à falta de acesso, a visão negativa e deprimente que já recebe dos seus antecedentes no seu seio familiar, onde o nível de escolaridade dos pais é muito baixo: alguns são analfabetos, analfabetos funcionais ou semianalfabetos, muitos não têm acesso às novas tecnologias, as viagens são poucas ou não existe, enfim são inúmeros os enfretamentos e o distanciamento na sociedade.

O contexto quilombola apresenta muitas especificidades e o docente por ser um mediador de conhecimento, precisa ser capacitado e ter domínio principalmente da legislação que regue o ensino, como é apresentada em Brasil (2012), resolução número 8/ CNE. Acreditamos ainda que os conhecimentos adquiridos pelos professores no processo de formação profissional influenciam fortemente nas representações sobre aquilo que ensinam, permitindo uma visão mais holística e crítica ao administrar um conteúdo. Essas representações se manifestam nas atitudes dos professores em relação às propostas educacionais, impregnando suas práticas e suas interações com os estudantes e outros atores no cenário escolar, aplicando o currículo de forma sistematizada, humanizada apropriando o conteúdo com a realidade do ambiente onde está inserido.

Ao ir a campo e conhecer um pouco do contexto educacional da comunidade, referenciados após várias leituras sobre estudiosos da educação quilombola, e, em conformidade com depoimentos dos professores, confirmamos que o ensino e a aprendizagem poderiam ser mais efetivos se algumas medidas fossem tomadas. Dentre essas medidas apontamos algumas, tais como: acompanhamento pedagógico para os docentes e discentes, aquisição de material didático específico para se trabalhar educação

quilombola, conhecimento da Legislação Educacional para Calhambos, orientação da direção escolar, associado com outras políticas educacionais. Enfim, com esse alicerce, acreditamos que as dificuldades encontradas ao se trabalhar em São Felix, seriam minimizadas.

Na percepção das investigadoras, a Comunidade São Felix que durante muitos anos foi marginalizada e esquecida pela sociedade, nos dias atuais se encontra em progressão no que diz respeito a conhecer e cobrar seus direitos e interesses frente à educação e o desenvolvimento do seu povo. Porém, é um processo lento, não possuem esta cultura de reivindicações, baixa escolaridade da maior parte do povoado, associado com o desinteresse político do município, que se deduz por estar tão ausente da comunidade.

Diante de um contexto tão específico, fica o desafio para os educadores; que é definir qual seria o papel da escola, frente a essa realidade? Como de fato poderíamos trabalhar a educação para que sua efetividade aconteça na prática, como direcionar as práticas de ensino, abordagem dos conteúdos curriculares? Como quebrar os paradigmas que existem na educação? Pensamos que o diálogo, a pesquisa e a discussão sobre o tema podem ser alternativas, Castilho (2008) ressalta a necessidade de pesquisas neste âmbito, a fim de não só enriquecer os conhecimentos da academia, como também colaborar com a luta destas comunidades.

Quanto a resultados desta pesquisa, no que diz respeito à escolaridade 50 % dos pais responderam que são analfabetos, 30 % têm o Ensino Fundamental Incompleto, mas relatam saber escrever somente o nome e fazer contas básicas e 20 % chegaram até o Ensino Fundamental Completo. Esta é uma realidade preocupante não só pela condição dos pais, mas no que se refere às consequências que podem ter nos discentes da escola.

Observamos a convivência dos alunos com seu núcleo familiar, na realização de seus afazeres até mesmo ao realizar o famoso: "Dever de Casa" que os professores passam para eles fazerem em domicílio. Reparamos que a conjuntura dos pais que na sua maioria são analfabetos ou analfabetos funcionais, torna-se um obstáculo, identificamos pouco incentivo no estudo, talvez, por desconhecer o conteúdo e consequentemente a relevância do mesmo.

Segundo Vygotsky(1989), a aprendizagem tem um papel fundamental para o desenvolvimento do saber, do conhecimento. Todo e qualquer processo de aprendizagem é ensino-aprendizagem, incluindo aquele que aprende aquele que ensina e a relação entre eles. Ele explica esta conexão entre desenvolvimento e aprendizagem através da zona de desenvolvimento proximal (distância entre os níveis de desenvolvimento potencial e nível de desenvolvimento real), um "espaço dinâmico" entre os problemas que uma criança pode resolver sozinha (nível de desenvolvimento real) e os que deverá resolver com a ajuda de outro sujeito mais capaz no momento, para em seguida, chegar a dominá-los por si mesma (nível de desenvolvimento potencial).

O que nos faz pensar que se a educação for bem desenvolvida mesmo no regime

multisseriado, pode sim trazer resultados positivos, desde que despenda com ideal da homogeneidade de turma e também com as aulas centradas na exposição do docente que ensina a todos como se ensinasse a um só.

Almejando compreender como estão sendo geridas as práticas em sala de aula, que trabalham a preservação, valorização das expressões culturais da comunidade, questionamos docentes, discentes e familiares, se estas práticas estão sendo realizadas e de que forma. Os professores nos responderam:

Professor Y:

Sim, através de pesquisas e entrevistas com os mais velhos da comunidade, roda de conversa, músicas e danças.

Professor W:

Sim, Através de entrevistas, pesquisas, feitas pelos alunos, músicas e danças folclóricas da comunidade, apresentação cultural fora da escola e na comunidade. (Entrevista concedida às autoras)

Também durante a pesquisa os professores pontuaram que não receberam formação especial para trabalhar em comunidades quilombolas, tão pouco receberam orientações da direção ou coordenação da escola. As ações dos professores de valorização da cultura, portanto são por iniciativa dos mesmos.

Entrevistamos os dezesseis estudantes e destacamos a fala de quatro deles, uma vez que doze não responderam, mesmo após várias explicações. Perguntamos se é comum falarem sobre o que é quilombo e as representações culturais (história antecedentes, costumes da comunidade), citando exemplo:

Aluno A: Sim, principalmente com a professora Cleonice, que ensina a dança para a gente.

Aluno B: Eu não sei o que é quilombo.

Aluno C: Gosto de conversar com minha avó sobre período escravo, era muito legal ser escravo.

Aluno D: A casa grande tem uma mulher que morreu presa e chora toda noite. (Entrevista concedida às autoras)

Cada uma das falas segue numa direção. Um deles falou das atividades de dança que uma das professoras realiza. Quanto à resposta de um deles sobre não saber o que é quilombo, bem como os que não se pronunciaram levam-nos a concluir que esta discussão não é comum na escola e tão pouco na comunidade. Preocupa-nos, principalmente quando olhamos para a resposta do aluno C. O fato dele dizer que “era muito legal ser escravo”, nos dá a ideia que eles falam pouco sobre a história da comunidade. A Casa Grande que o aluno D se refere é a construção remanescente da sede da Fazenda São Felix, conhecida por alguns como: Fazenda Casa Grande onde atualmente é a Comunidade Quilombola São Felix. Segundo a lenda, a “mulher que chora” teria sido uma escrava da fazenda.

Perguntamos a professores, alunos e líder da comunidade, sobre o conhecimento e

registro da história a comunidade, obtivemos as seguintes respostas:

Professores: meus alunos conhecem a história dos antecedentes, porque eu conto e peço a eles para conversarem com os mais velhos, mas não existe registro da memória, da tradição.

Alunos: eu já ouvi contar algumas histórias, mas não sei ao certo, sei que não tem registro.

Líder da Comunidade: Até no momento não tem nada documentado, mas que a CEDEFES, fez este levantamento e irá publicar estes dados ainda este ano.

Secretária de Cultura: Não tem nenhum registro, mas que às vezes publicam alguns eventos da Fundação João Pinheiro.

Cedefes: Tem um breve resumo histórico das comunidades a ser publicado, mas até Agosto de 2019 ainda não foi disponibilizado para acesso público.

Os entrevistados falam de algum registro, mas como respondeu o entrevistado da CEDEFES, há sim algum registro, mas muito reduzido e que até o fim desta pesquisa ainda não havia sido publicado. Muito há que ser feito ainda.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos a importância de se trabalhar o ensino e as competências, considerando o processo de ensino, pautado, nos valores culturais, históricos, sociais, habituais e econômicos de acordo com o perfil da comunidade, buscando sempre manter um diálogo com a família, direção e gestão do município, visando quebrar os paradigmas e desenvolver um processo educacional, pautado no respeito, na integração, inclusão, concretizando novas propostas de conhecimento. Para isso é necessário que a equipe receba capacitação, material didático, orientação pedagógica e psicológica e outros recursos que se fazem necessários para melhorar o rendimento escolar desses discentes.

A pesquisa também revelou que a educação escolar dos pais é muito baixa, cerca de cinquenta por cento deles se diz não alfabetizado. São dados muito fortes. Entendemos que o nível de escolaridade dos membros da família influencia diretamente na educação dos filhos na escola. Fica muito mais difícil que esses pais possam ajudar seus filhos e até mesmo com o incentivo que precisam para a valorização da educação.

De acordo com a Brasil (2012), Resolução Nº 8, a Educação Básica nas escolas quilombola tem a incumbência de ser alicerçada na memória coletiva, em marcos civilizatórios, das práticas culturais de trabalho, festejo, e no dia a dia, considerando as tradições dos elementos que constitui a cultura da comunidade. Constatamos que os docentes em poucos momentos de sua prática, tentam remeter essa memória, com muita restrição, por não terem em mãos acervo específico, orientação e supervisão pedagógica que de suporte e norteia seu exercício pedagógico.

O objetivo de se investigar sobre as práticas desenvolvidas na escola do quilombo e

as suas contribuições na manutenção das expressões culturais da comunidade São Félix, foi alcançado. Percebemos que alguns docentes que atuaram na escola, durante a pesquisa, avistaram um olhar para a necessidade de se incorporar a cultura no ensino, destacamos em especial o trabalho realizado pela docente W, que trabalhou de 2011 até final do ano letivo de 2018. Mesmo ela tendo acolhido a comunidade, buscando trazer um novo olhar de valorização e autoestima do povo, discutindo em sala de aula os valores, costumes e a importância do quilombo, como relatado por lideranças na comunidade, reconhecemos que ainda é muito pouco e tende a piorar ainda mais porque por enfrentar muitos obstáculos em lecionar na referida escola, a professora W optou por pedir transferência para outra escola do município.

As expressões culturais dos estudantes matriculados são expressivas, observamos que muitos dos valores estão se perdendo, provavelmente devido à chegada de novas tecnologias, acesso a internet e redes sociais, mudança no perfil dos jovens e também por existir poucos trabalhos que propiciam o progresso dos mesmos no sentido de valorização cultural, além da escassez de registro da memória, da tradição, dos mais velhos pelos mais novos.

É necessário estabelecer um diálogo constante com a comunidade, visando trazer a inserção da escola na comunidade, criando vínculo, parcerias, integração e conseqüentemente rompimento de barreira, buscando sempre identificar e valorizar a identidade quilombola, permitindo o sentimento de pertencimento territorial e cultural.

Em linhas gerais, os resultados apontam, que ainda falta muito para que ocorra de fato uma inclusão efetiva, destaco em especial a inclusão do negro, do quilombo, do afrobrasileiro, na sociedade branca, conforme vem sendo estudando e discutido na sociedade. Ainda existe um distanciamento entre os direitos igualitários, na ocupação dos cargos, na educação, na saúde, na política, quando me refiro ao negro, estou usando a mesma menção para o quilombo, porque ambos se assemelham, não só no racismo, na cor, mas na promoção do seu grupo étnico.

Em suma, podemos concluir que a Educação Escolar na Comunidade Quilombola se for bem empenhada, promove o desenvolvimento do seu povoado. Faz necessário que as pesquisas, as discursões e os debates sobre Educação Quilombola, seja cada vez mais debatido desde o senado até a sala de aula, para que te fato a tão sonhada e deseja igualdade seja efetivada, carecemos de uma grande mobilização social, envolvendo todas as instâncias de forma a abolir ou pelo menos diminuir essa invisibilidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a DEUS, aos professores, alunos e pais da escola da Comunidade São Felix bem como aos moradores da mesma pelo carinho que nos receberam durante o tempo que lá estivemos pesquisando.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: outubro de 2009.

BRASIL, **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º Promulgada em 5 de outubro de 1988, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. acesso em: 13 de março de 2020.

BRASIL, **Portaria n.º 98 da Fundação Cultural Palmares**: Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares e o regulamenta. Disponível em: <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/portaria_98_fcp.pdf>. acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 De Novembro de 2012** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18693-educacao-quilombola>. acesso em: de fevereiro de 2019.

BRASIL, **Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Parecer nº CNE/CP 00 Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Edição Federal. Brasília,

CASTILHO, S. D. **Quilombo Contemporâneo**: educação, família e culturas. Cuiabá: EDUFMT, 2011.

GIMENO SACRISTÁN J. **O currículo**: os conteúdos do ensino ou uma análise prática; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. Cap. 6, p. 119-148.

GIMENO SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. ROSA, Ernani F. da F. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTANA, Carlos Eduardo carvalho. **Processos Educativos na Formação da Identidade em Comunidades Remanescentes de Quilombo**: um estudo sobre Barra, Bananal e Riacho das Pedras. UNEB, 2005.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Daniel Neves. **Escravidão no Brasil**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravidao-no-brasil.htm>. Acesso em 13 de março de 2020

SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, Lília Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 216.

VYGOTSKY, LEV S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987, 135 páginas. (Coleção Psicologia e Pedagogia).

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 168p. (Coleção Psicologia e Pedagogia. Nova Série).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptação 4, 6, 8, 10, 55, 112, 113, 189, 243

Aprendizado 14, 39, 48, 53, 54, 57, 116, 153, 164, 172, 173, 175, 229, 231, 232, 234, 236

Aprendizagem 36, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 61, 71, 93, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 114, 115, 119, 126, 131, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 204, 205, 206, 212, 213, 215, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 236, 243, 244, 246, 247, 248

Artes 8, 9, 11, 17, 18, 24, 139, 151, 194, 231, 232

Audiovisual 86, 90

Avaliação e controle 110

Avaliação escolar 116, 144, 146, 147, 149, 151

Avaliação formativa 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 169

B

Badminton 137, 138, 139, 140, 141, 143

C

Caligrafia 118, 119, 120, 123, 124, 126

Cazuza 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185

Circo 137, 138, 139, 143

Colação de grau 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84

Colonialidade 16, 17, 20, 25, 26

Crítica social 177, 179

Cultura 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 62, 63, 66, 70, 95, 112, 120, 134, 140, 165, 167, 171, 174, 177, 178, 182, 184, 196, 198, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 215, 217, 222, 229, 230, 238, 239, 240, 249

D

Desenho 8, 9, 11, 12, 13, 15, 17, 58, 124

Design 86, 88, 89, 91, 168

Dificuldade de aprendizagem 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 204

Diretor de turma 127, 128, 130

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35,

36, 37, 38, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 84, 86, 87, 88, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 126, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 146, 148, 149, 150, 151, 153, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

Educação contábil 110, 113, 114, 115, 117

Educação médica 36, 51

Educação profissional 8, 9, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 62, 63, 64, 75, 77, 78, 84, 92, 94, 95, 99, 100, 101, 131, 137, 138, 140, 141, 142

Educação profissional e tecnológica 8, 9, 28, 64, 92, 99, 100, 101, 137

Educação quilombola 196, 201, 205, 209

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 15, 17, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 71, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 86, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 235, 238, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249

Ensino-aprendizagem 36, 37, 39, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 102, 103, 104, 106, 108, 126, 161, 163, 164, 165, 169, 172, 174, 175, 186, 206, 213, 223, 224, 225, 226, 227

Ensino de matemática 51, 212, 213, 214, 217, 222

Ensino e aprendizagem 38, 40, 50, 52, 55, 105, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 170, 205, 227

Escolha profissional 127, 128, 130

Escrita 54, 90, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 177, 179, 182, 186, 187, 188, 189, 193, 194, 195, 217, 223, 231

Estatuto 2, 6, 9, 86, 89, 90, 107, 109, 115, 138, 153, 162

Estímulo sensorial 152

EUA 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 134

F

Formação docente 152, 155, 157, 161, 162

Fracasso escolar 186, 187, 189, 193, 194

G

Gamificação 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176

Gilberto Freyre 228, 229, 230, 238, 239, 240

H

História da educação 167, 228

I

Identidade 16, 17, 18, 24, 26, 27, 64, 89, 116, 134, 196, 197, 201, 209, 210, 215, 217, 222, 232, 239

Inclusão escolar 1, 2, 5, 152

Indisciplina 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Instrução por pares 36, 41, 44, 47

Interculturalidade crítica 16, 27

J

Jardim móvel 152, 161

Jogos 140, 141, 155, 158, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 171, 172, 173, 175, 176, 179

L

Lei 10639/2003 16

Leitura 55, 57, 58, 60, 61, 80, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 181, 186, 187, 188, 189, 193, 194, 195, 217, 223, 225, 227, 230, 232, 237, 239

Literatura infantil 124, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 227

M

Mediação 49, 51, 54, 87, 88, 127, 128, 129, 149, 150, 224, 225, 227

Mercado de trabalho 30, 31, 34, 78, 127, 128, 129, 130, 201, 203

Metodologias ativas 38, 39, 48, 51, 53, 55, 60, 61, 141, 142, 166, 167, 169, 229, 239

Métodos regionais 228

Microfísica do poder 132, 133

Modernização 110, 111, 112, 113, 117

Mudança organizacional 62, 63, 64, 65, 66, 68, 72, 73, 74

N

Narrativas 50, 168, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 249

P

Paulo Freire 228, 229, 230, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Polícia Militar 132

Políticas públicas 17, 28, 29, 113, 143, 198

Prática docente 38, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 197

Práticas socioculturais 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222

Problematização 38, 39, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220

Produção 5, 11, 13, 17, 21, 25, 27, 38, 55, 60, 73, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 106, 114, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 138, 139, 141, 148, 154, 161, 167, 178, 180, 181, 200, 203, 204, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 243, 244

Professoras engenheiras 92, 94

Professores engenheiros 92, 94, 99

Protocolo 75, 76, 77, 78, 84

R

Rede federal 32, 62, 64, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 99, 100, 138

Rondônia 8, 9, 10, 11, 15, 62, 63, 64, 65, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 137, 138, 139, 143

S

Sala ambiente 53, 54, 55, 56, 57, 60

Sala de aula 16, 17, 19, 22, 39, 40, 51, 55, 56, 96, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 116, 120, 122, 126, 145, 148, 155, 158, 159, 160, 161, 166, 169, 170, 172, 175, 196, 204, 207, 209, 212, 216, 218, 219, 221

T

Tecnologias 15, 40, 49, 51, 111, 113, 114, 164, 167, 170, 200, 205, 209

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

4



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

4



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021